

ATA 318

2 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-
3 se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua vice-presidente Sandra Regina
5 Wichert Cisco. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Sandra Regina W. Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação Municipal de Assistência
7 Social de Ponta Grossa/FASPG); Maira Martins de Hollebem (Secretaria Municipal de
8 Cidadania e Segurança Pública); Rosângela Caldeira Legat (Secretaria Municipal de Indústria,
9 Comércio e Qualificação Profissional). **Os conselheiros titulares não governamentais:**, Inês
10 Chuy Lopes (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Regina Rosa
11 Pedrozo Rosa, Camila Vanessa Sviech e Reni Eidam (Trabalhadores da área); Cristiane
12 Aparecida Maier (Entidades de Proteção Social Básica); Antonio Elizeu Martins e Paulo
13 Sainclair Heusi (usuários). **Os conselheiros governamentais suplentes no exercício da**
14 **titularidade:** Tatyana Denise Belo (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta
15 Grossa/FASPG) e Marcos Vinícius Zuber (Secretaria Municipal de Governo). **Os conselheiros**
16 **governamentais suplentes:** Lucília do Rocio Lopes de Andrade (Fundação Municipal de
17 Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); a secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa.
18 Justificou a ausência a conselheira Neumari Perpétua da Cunha. Estiveram presentes:
19 Assistente Social Priscila F. Pinheiro (Casa do Piá); estagiária dos Conselhos/SMPPS Bruna
20 Suelen de Camargo Souza; Assistente Social Consuelo Lopes e o estagiário André Henrique
21 Mello Correa (2º URATE MP/PR). A reunião contou com a seguinte pauta: 1-Apreciação e
22 aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata 317; 3- Informes; 4- Ratificação das deliberações da
23 XII Conferência Municipal de Assistência Social; 5- Relato da Comissão de Acompanhamento
24 do FMAS: 5.1- relatórios de movimentação financeira de julho/2019; 5.2- saldos de recursos
25 federais e estaduais no FMAS; 5.3- proposta orçamentária para o CMAS e FMAS em 2020; 5.4-
26 relatório do PETI. 6- Apreciação e aprovação do parecer da Comissão de Monitoramento e
27 Análise de Projetos: 6.1- Plano de Ação para recebimento de emenda parlamentar do Instituto
28 Educacional Duque de Caxias e Associação Artesanal do Excepcional de PG – Assarte; 6.2-
29 Continuidade das visitas de monitoramento. 7- Apreciação e aprovação do parecer da
30 Comissão de Documentação e Inscrição sobre a inscrição do Centro Educacional Marista Santa
31 Mônica e inclusão do SCFV para jovens e adultos (18 a 59 anos) na inscrição do Instituto Duque
32 de Caxias – IEDC (informes); 7.3- cancelamento da inscrição de serviço do Projeto de
33 Reinserção Social da Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção/Rosa Mística II e da Mansão
34 Bezerra de Menezes; 7.4- cancelamento da inscrição de entidade socioassistencial da
35 Associação Ministério Nova História. 8-Relato da Comissão de Acompanhamento do Programa
36 Bolsa Família. Após estabelecido o quórum, a vice-presidente Sandra Cisco iniciou a reunião
37 solicitando à conselheira Cristiane uma oração. A pauta foi colocada em discussão e sem
38 alterações, foi aprovada. Após apreciação, a ata nº 317 foi aprovada sem alterações. Informes:
39 a secretária executiva Carla acusou o recebimento de convite do Instituto Duque de Caxias
40 para a formatura dos guardas mirins, dia 31 de agosto às 09:00. Informado sobre recebimento
41 de ofício da APACD comunicando que o transporte para os usuários da instituição foi suspenso
42 devido ao não cumprimento do acordo firmado pela Prefeitura, e, conseqüentemente,
43 agravamento das dificuldades de manutenção do serviço. A vice-presidente Sandra realizou
44 os esclarecimentos necessários: relatou que houve várias reuniões sobre esta situação, tanto
45 no Gabinete do Prefeito quanto no Ministério Público e o assunto foi solucionado, o transporte
46 foi reativado. Como o transporte é escolar não faz parte das atribuições da assistência social,
47 muito embora, as crianças estejam no Centro Dia e na Escola. Foi decidido que a Secretaria
48 de Educação vai repassar para a APACD o valor de R\$ 300.000,00, o qual vai suprir o
49 transporte e outras necessidades da Entidade. A vice- presidente Sandra colocou que apesar
50 desta situação já ter sido resolvida, o Ministério Público solicitou ao CMAS relatório de
51 monitoramento realizado junto a APACD, em especial quanto ao repasse de recursos e o
52 cumprimento do plano de aplicação. Este assunto será enviado para a Comissão de

53 Monitoramento, que deverá elaborar o relatório para envio ao Ministério Público/MP. Foi
54 recebida do MP, uma solicitação de relatório pontuando a avaliação e monitoramento do
55 cumprimento das metas do Plano Municipal de Assistência pelo CMAS e informações sobre os
56 recursos suspensos no ano de 2018 do Centro POP e do Piso de Assistência Social IV para
57 acolhimento de crianças e jovens no valor de R\$ 90.000,00. Considerando que este assunto já
58 foi pautado neste Conselho foi elaborado um dossiê com todos os documentos (atas, relatos
59 das Comissões, relatórios recebidos) e enviado ao MP. Próximo informe foi sobre o
60 recebimento de ofício da SMPPS solicitando o relatório de objetivos atingidos da utilização dos
61 equipamentos adquiridos com recursos de emenda parlamentar de 2014, repassados para a
62 APAE. Esta demanda será encaminhada para a Comissão de Monitoramento que deverá
63 solicitar o relatório, realizar visita técnica e elaborar o parecer. Na sequência dos informes, foi
64 notificado que a conselheira Neumari solicitou seu desligamento do CMAS porque não está
65 conseguindo participar devido a grande demanda de trabalho na Secretaria de Saúde. Outro
66 lembrete é sobre o questionário do NEP/SUAS, que se encerra amanhã no dia 30/08.
67 Conselheira Inês informou que a Associação Geny Ribas foi contemplada com um projeto do
68 Criança Esperança para construção de uma piscina para surdos com comprometimentos
69 motores, a utilização do equipamento será terapêutica. Encerrado os informes, a vice-
70 presidente Sandra chamou o item 4 da pauta: ratificação das deliberações da XII Conferência
71 Municipal de Assistência Social, inicialmente agradeceu a todos que estiveram presentes e
72 relatou que a Conferência contou com 144 participantes, sendo 31 usuários, 18
73 trabalhadores, 16 representantes de entidades, 25 observadores, 09 conselheiros não
74 governamentais, 37 trabalhadores governamentais e 08 conselheiros governamentais. A
75 secretaria Carla realizou a apresentação das deliberações da XII Conferência: **Propostas para**
76 **o Município: Eixo 1- A Assistência Social é um Direito do Cidadão e Dever do Estado.** 1º
77 Garantir o cumprimento das deliberações da 11 Conferência Municipal de Assistência Social
78 de 2017; 2º Garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados, tanto público quanto
79 privado, ampliando o diálogo com segmentos da sociedade civil sobre o direito à assistência
80 social e aperfeiçoamento do SUAS; 3º Articular o atendimento com a rede socioassistencial,
81 promovendo parcerias com o NEP/SUAS/PG na realização de capacitação para os usuários e
82 funcionários dos equipamentos. **Eixo 2- Política Pública tem que ter Financiamento Público.**
83 1º Ampliar a destinação orçamentária para a Política de Assistência Social no município para
84 7% da Lei Orçamentária Anual – LOA; 2º Fomentar o CMAS para que trave um diálogo com
85 os deputados federais, representantes da região, para o direcionamento de emendas
86 parlamentares para a construção, ampliação e reforma dos equipamentos do SUAS; 3º Ampliar
87 o quadro de recursos humanos, para além da equipe mínima, segundo a necessidade dos
88 equipamentos públicos, através de concurso. **Eixo 3: A Participação Popular Garante a**
89 **Democracia e o Controle Social.** 1º Fomentar a participação popular através de parcerias
90 entre equipamentos governamentais e não-governamentais da política de assistência social; 2º
91 Articular os conselhos de bairros promovendo a participação no controle social, de acordo com
92 a disponibilidade e realidade dos usuários; 3º Garantir o acesso a informação para a população
93 em relação aos equipamentos governamentais e não-governamentais, onde conste: demanda
94 atendida, equipe disponibilizada e equipe recomendada pela NOB-RH. **Propostas para o**
95 **Estado: Eixo 1:** 1º Definir a estrutura dos Escritórios Regionais, a partir de áreas essenciais,
96 composição de equipes com funcionários efetivos e em número suficientes, conforme porte e
97 quantidade de municípios de abrangência, de modo a garantir que os processos de
98 acompanhamento, monitoramento e assessoramento técnico aos municípios sejam fortalecidos
99 e qualificados. **Eixo 2:** 1º Conceder autonomia e flexibilização aos municípios para execução
100 dos recursos estaduais, de acordo com as necessidades levantadas através de diagnóstico
101 socioassistencial. **Eixo 3:** 1º Articular os Escritórios Regionais com órgãos gestores da
102 Assistência Social e Conselhos de Direitos, para fomentar o desenvolvimento de fóruns de
103 usuários. **Propostas para a União: Eixo 1:** 1º Assegurar o Benefício de Prestação
104 Continuada/BPC, conforme previsto nas legislações em vigência até a presente data. **Eixo 2:** 1º
105 Rever os critérios de análise dos saldos das contas, considerando os empenhos já emitidos e
106 não liquidados. **Eixo 3:** 1º Assegurar a participação da sociedade civil nas instâncias

107 deliberativas, conforme já previsto na legislação. **Aprovado por unanimidade conforme**
108 **Resolução/CMAS/Nº 27/2019.** Informado que como o município de Carambeí não realizou a
109 conferência municipal, as vagas para a Conferência Estadual foram transferidas para o
110 município de Ponta Grossa, desta forma, aumentou uma vaga para representante
111 governamental. A comissão avaliou e indicou a assistente social Tatiana Haddad. Ficou da
112 seguinte forma: Conselheira Camila Sviech representando as Entidades, o servidor Thiago
113 representando os trabalhadores e a Assistente Social Tatiana Haddad representando os
114 segmento governamental. Na continuidade foi chamado o relato da Comissão de
115 Acompanhamento do Fundo. A conselheira Maira, coordenadora da Comissão, relatou que a
116 Comissão analisou o relatório da movimentação financeira de julho de 2019 e destacou os
117 seguintes pontos: valores recebidos: fonte 833- Índice de Gestão Descentralizada do Programa
118 Bolsa Família IGD/PBF recebido o valor de R\$ 54.944,56; bloco da Proteção Social Especial
119 R\$ 664,42. Recursos recebidos do fundo estadual: Piso Paranaense de Assistência Social II
120 Centro POP: R\$ 19.500,00; Piso Paranaense de Assistência Social IV Acolhimento para
121 Crianças e Adolescentes: valor de R\$ 67.500,00. Na sequência, foi apresentado o relatório dos
122 recursos que estão disponíveis nas contas. Conselheira Maira continuou o relato apontando
123 que do Programa ACESSUAS Trabalho tem um valor de R\$ 222.933,61; Programa BPC na
124 Escola tem R\$ 12.675,44; IGD/PBF R\$ 115.850,11; Piso Básico Fixo/Serviço de Proteção
125 Integral a Família/PAIF R\$ 165.850,09; PETI R\$ 184.735,09; Alta Complexidade I e II
126 (Acolhimentos para crianças e adolescentes, acolhimento para adultos e famílias e acolhimento
127 institucional para pessoas em situação de rua, acolhimento institucional para jovens e adultos
128 com deficiência/ Residência Inclusiva) R\$ 697.062,60; Cadastro Nacional de Entidade R\$
129 2.570,78; Emenda Parlamentar da APAE valor de R\$ 102.333,86
130 (Resolução/CMAS/Nº23/2018); Gestão do SUAS R\$ 43.647,13; PAIF R\$ 4.631,44; Centro
131 POP R\$ 42.035,89; Acolhimento de crianças e adolescentes e jovens até 21 anos R\$
132 192.092,96; Serviço de acolhimento para adultos e famílias R\$ 85.673,90; Abordagem Social
133 R\$ 40.813,51; Proteção Social Básica/Incentivo a Adesão Espontânea R\$ 30.498,11
134 (Resolução/CMAS/Nº33/2017); Piso Paranaense de Assistência Social/ Acolhimento para
135 pessoas em situação de rua R\$ 62.156,89; recurso estadual de Incentivo da Pessoa com
136 Deficiência (Resolução/CMAS/Nº 04/2018) R\$ 244.431,18 para aquisição de veículo adaptado
137 para crianças e adolescentes com deficiência. O total de recursos no fundo municipal de
138 assistência social tanto de origem federal como estadual é de R\$ 2.342.752,73. Na sequência
139 do relato da Comissão foram apresentados os empenhos emitidos no mês de julho: IGD do
140 Programa Bolsa Família IGD/PBF: 1- pagamento da parcela do contrato impressora R\$
141 3.110,94; 2- Material de expediente R\$ 8.537,40; 3-Manutenção veicular R\$ 1.764,34; total
142 dessa fonte R\$ 13.412,68. ACESSUAS Trabalho: 1-Vale transporte R\$ 30.000,00. Proteção
143 Social Especial: 1- Manutenção de veículos e manutenção predial R\$ 6.285,72; 2-Cobertores
144 R\$ 1.630,50; 3-Gêneros alimentícios R\$ 6.158,09; 4-Água R\$ 1.000,00; 5-Passagens
145 intermunicipais e interestaduais R\$ 100.000,00; 6-Lanches prontos para utilização nos grupos
146 com os usuários R\$ 13.746,02; 7- Material de expediente R\$ 4.268,70; 8-Fralda descartável
147 para a Casa Corina Portugal, quando abriga bebês R\$ 3.951,55; total desta fonte R\$
148 137.040,58. IGD/SUAS: 1-Água Mineral R\$ 338,30. No próximo item foi apresentado o parecer
149 da Comissão sobre a proposta orçamentária para o Fundo de Assistência Social. A vice-
150 presidente Sandra comentou que os recursos federais dispostos no orçamento estão alinhados
151 ao plano do SUAS apresentado na reunião anterior, garantindo o valor de contrapartida dividido
152 em vários elementos de despesa, para que seja possível a flexibilidade. A relatora Maira
153 salientou que foi bastante discutida a dotação disponibilizada na fonte 0 (recursos do tesouro
154 municipal) como, por exemplo, os benefícios eventuais, no valor de R\$ 1.330.000,00. A
155 conselheira Tatyana (diretora da Proteção Básica) fez uma explanação deste trabalho, colocou
156 que este recurso não será suficiente, haverá necessidade de suplementar, mas o importante
157 é que está garantido para o início do próximo ano. Foi discutido o valor do recurso municipal
158 para as Entidades de R\$ 18.000.000,00, sendo previsto um aumento para 2010 de 3,5% em
159 relação a 2019. Apresentado o parecer da Comissão para a proposta orçamentária de 2020:

160 “parecer favorável considerando que os objetivos para a Política Municipal de Assistência
161 Social de proteção social, vigilância socioassistencial e garantia de direitos estão evidenciados.
162 O cofinanciamento dos serviços executados pela rede socioassistencial não governamental de
163 Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, complementares aos
164 serviços executados pelo município, está contemplado na proposta orçamentária para 2020. O
165 orçamento do FMAS está na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
166 garantindo sua gestão no município. Recursos Próprios R\$ 19.849.561,25. Recursos
167 Vinculados R\$ 5.239.300,00, valor total de R\$ 25.088.861,25. Colocado em votação, foi
168 **aprovado por unanimidade conforme Resolução/CMAS/Nº 28/2019**. Na sequência a
169 relatora Maira apresentou o relatório do PETI, discutido na Comissão, informando que em 2018
170 foi aberto processo para aquisição de Diagnóstico do Trabalho Infantil no município de Ponta
171 Grossa. Processo 2920001/2018, já está aguardando a publicação do edital em Diário Oficial.
172 Em 01/06/2019 foi aberto processo de compra de material gráfico para divulgação do PETI nos
173 serviços de proteção básica e especial. A conselheira Thais informou que o material gráfico
174 deve chegar nos próximos dias e o diagnóstico será realizado por pregão presencial no dia
175 03/09. A conselheira Maira continuou o relatório informando que o planejamento para aplicação
176 do recurso (R\$ 219.090,06), ficou da seguinte forma: material de distribuição gratuita (vale-
177 transporte) R\$ 15.000,00; serviços de terceiros pessoa jurídica (materiais gráficos, palestras ,
178 eventos e coffee break) R\$ 30.084,00; diagnóstico da situação do trabalho infantil no município
179 R\$ 115.000,00; divulgação, capacitações e mobilizações sobre o trabalho infantil no município
180 R\$ 50.000,00; material de consumo e expediente R\$ 9.000,00. Proposta aprovada. Item 6 da
181 pauta: Apreciação e aprovação do parecer da Comissão de Monitoramento e Análise de
182 Projetos. A conselheira Regina, coordenadora da Comissão, apresentou o parecer sobre o
183 Plano de Ação da ASSARTE para recebimento de emenda parlamentar, a proposta é para
184 aquisição de um carro de passeio para uso exclusivo do administrativo do Centro Dia da
185 Entidade, para visitas. A Comissão foi de parecer favorável, considerando que o objeto a ser
186 adquirido está diretamente ligado com o serviço de Centro Dia executado. A segunda emenda
187 parlamentar discutida foi no valor de R\$ 300.000,00 para o Instituto Duque de Caxias, o plano
188 apresentado contempla a aquisição de ônibus para o serviço de convivência e fortalecimento
189 de vínculos. A conselheira Cristiane (responsável técnica do Instituto Duque de Caxias)
190 complementou dizendo que é um ônibus com 31 lugares tendo em vista que a entidade tem
191 mais de uma unidade, será utilizado em atividades de interação com os usuários das unidades,
192 o ônibus atual está bem ultrapassado. O parecer da Comissão foi favorável considerando o
193 alinhamento da aquisição do ônibus com a serviço executado. Colocado em votação, foi
194 **aprovado por unanimidade conforme Resolução/CMAS/Nº 29/2019**. A conselheira Regina
195 colocou que outro assunto discutido na Comissão foi a importância das visitas nos
196 equipamentos públicos, uma vez que as Entidades estão recebendo monitoramento constante.
197 A proposta é que os conselheiros verifiquem a demanda, equipe técnica, qualidade dos
198 espaços físicos e instalações dos equipamentos, para tanto, foi construído um formulário. Foi
199 proposto um calendário de visitas, sendo as primeiras visitas dia 12/09 e 19/09 com as
200 conselheiras Regina, Maira e Camila. Nestas datas serão visitados o CREAS I, Ginásio do
201 Deficiente e CRAS Coronel Cláudio, dia 19 será visitado o Centro POP, Cras Vila XV e Cará
202 Cará. As conselheiras Cristiane e Reni se colocaram à disposição para dia 24 no período da
203 manhã – Departamento do Idoso, Cras Nova Rússia e Sabará. Para esta mesma data, período
204 da tarde, se colocaram à disposição as conselheiras Inês e Rosângela para visita no CREAS
205 II, CRAS Jardim Carvalho e Programa Adolescente Aprendiz. No item sete da pauta foi
206 apresentado o relato e os pareceres da Comissão de Documentação e Inscrição de Entidades.
207 A conselheira Lucília, coordenadora da Comissão, relatou que foi analisada a solicitação de
208 inscrição do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes
209 e de assessoramento comunitário e garantia de direitos do Centro Educacional Marista Santa
210 Mônica, a proposta para 2020 é atender 250 crianças e adolescentes, tanto os alunos da Escola
211 quanto da comunidade. O encaminhamento da Comissão foi uma reunião técnica com a equipe
212 do Centro Marista para adequação do plano identificando a metodologia do trabalho e alinhando
213 às normas específicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e

214 assessoramento e garantia de direitos e, na sequência, a visita técnica. A Comissão analisou
215 a solicitação de inclusão de jovens e adultos (18 a 59 anos) no serviço de convivência e
216 fortalecimento de vínculos na inscrição do Instituto Duque de Caxias. O encaminhamento da
217 Comissão foi a visita técnica. Na sequência do relato da Comissão, foi apresentado o
218 cancelamento da inscrição de serviço neste Conselho do Projeto de Reinserção Social da Pia
219 União das Irmãs da Copiosa Redenção/Rosa Mística II. Na reunião plenária de 25/02/2018 foi
220 aprovada a suspensão da inscrição por seis meses devido a reforma das instalações, como
221 após este prazo não houve manifestação de retorno por parte da Entidade, a comissão está
222 propondo o cancelamento da inscrição. A Mansão Bezerra de Menezes encerrou suas
223 atividades e não havendo comunicação oficial ao CMAS, a inscrição está automaticamente
224 cancelada. Colocado em votação, foi **aprovado por unanimidade conforme**
225 **Resolução/CMAS/Nº 31/2019**. Apresentada a formalização do cancelamento da inscrição de
226 Entidade Socioassistencial no CMAS da Associação Ministério Nova História, o convênio entre
227 a Fundação Proamor e a Entidade foi encerrado em 2015 e ficou pendente o cancelamento da
228 inscrição. Colocado em votação, foi **aprovado por unanimidade conforme**
229 **Resolução/CMAS/Nº 30/2019**. O último item da pauta foi o relato da Comissão de
230 Acompanhamento do Programa Bolsa Família, conselheira Tatyana (coordenadora da
231 Comissão) informou que na reunião da Comissão foram apresentadas as atividades da
232 proteção básica realizadas em relação ao Cadastro Único e Programa Bolsa Família no
233 município, foi realizada a prestação de contas para a Comissão, de todas as atividades,
234 recursos executados e recebidos pelo município. Nesse período (de abril a julho de 2019) foram
235 realizados 2.860 cadastros novos; 3.861 atualizações; 241 visitas domiciliares, estas visitas
236 são exclusivas da gestão (averiguações e denúncias não são realizadas pelo CRAS); 3.919
237 emissões de folha resumo; 1.292 consultas ao SIBEC (sistema de benefícios); 186
238 transferências de município, ou seja beneficiários que residiam em outro município e mudaram
239 para Ponta Grossa; 91 exclusões de cadastro (famílias com renda mais elevada, sem perfil
240 para programas sociais); 8 denúncias; 25 desligamentos voluntários (famílias que solicitam
241 desligamento); 4.455 orientações diversas sobre o programa e o cadastro único; 805
242 atendimentos nos mutirões aos sábados que é realizado pela gestão. A conselheira Tatyana
243 comentou que estão sendo realizadas as averiguações para isenção do IPTU, famílias com
244 até dois salários mínimos são isentas. A Comissão discutiu o valor do recurso recebido pelo
245 município, o valor do IGD/PBF aumentou em 16 mil reais mensais em 4 meses, no mês de abril
246 foi recebida uma parcela de R\$ 38.712,00 em maio de R\$ 49.903,00; em junho foram recebidas
247 duas parcelas (R\$ 49.337,00 e R\$ 49.273,00); em julho R\$ 54.944,00 totalizando nesses
248 quatro meses R\$ 242.170,45. O IGD de abril a julho de 38 mil passou para 54 mil mensais, em
249 decorrência da demanda expressiva dos mutirões e das atualizações cadastrais, os mutirões
250 estão acontecendo nos CRAS em dias de semana, aos sábados aqui na Gestão e em ações
251 descentralizadas como Unidade Móvel. A taxa de atualização cadastral é determinante para o
252 recurso aumentar no município. A Comissão também discutiu o acompanhamento pela Saúde,
253 Educação e Assistência no sistema de registro de acompanhamento familiar das
254 condicionalidades do Programa Bolsa Família, sendo que a saúde e a educação tem um
255 percentual bom para o município, até a nível nacional ele é bem alto, acima de 90%. Para a
256 assistência, a dificuldade é o registro no sistema, esse índice está em torno de 20%, mas a
257 meta de acompanhamento é de 50%. A gestão está capacitando as equipes para aumentar o
258 registro de informações do acompanhamento das famílias no sistema. A Comissão também
259 discutiu os empenhos emitidos e pagos no período, no total de R\$ 158.397,05
260 (eletrodomésticos, mobiliário, material de consumo, material de higiene e limpeza, papel,
261 combustível, manutenção de veículos). A conselheira Tatyana destacou que conforme discutido
262 na Comissão, a aplicação do recurso do IGD/PBF ocorre conforme a demanda, mas é
263 importante que os conselheiros apresentem suas sugestões para aplicação do recurso. A
264 Comissão também avaliou a padronização dos serviços em todas as unidades de CRAS, para
265 tentar melhor atender a população. O conselheiro Paulo Heusi lembrou que foi contrário as
266 padronizações, porque, segundo ele, cada espaço é diferente, padronizar, estipular horários e
267 números de senha não é a melhor forma de atender a população. A conselheira Tatyana



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

268 explicou que a proteção básica tenta se adaptar conforme a demanda vai sendo apresentada,
269 se não der certo buscarão outras estratégias para um melhor atendimento. Atualmente estão
270 sendo distribuídas 07 senhas para atendimentos pela manhã e 07 para o período da tarde para
271 o Cadúnico em todos os CRAS, o que não interfere nos outros atendimentos, a quinta-feira é
272 reservada para atendimento do Cadúnico aos usuários que não podem esperar (crianças de
273 colo, pessoa com deficiência e idosas), com pré- agendamento; na sexta-feira o atendimento é
274 fechado para emissão de relatórios, reunião com a equipe e capacitações. Esgotados os
275 assuntos da pauta, a vice-presidente Sandra Cisco encerrou a reunião agradecendo a presença
276 de todos. Esta ata foi transcrita pela Agente Social Maria Aparecida da Silva e redigida pela
277 secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa, após aprovada segue assinada pelos
278 conselheiros presentes.
279 Carla Bühner Salles Rosa _____
280 RG 3.316.839- 0 CPF 445205739- 04
281 Sandra Regina Wichert _____
282 RG: 4.577.485-6 CPF: 726.394.589-49
283 Thais do Prado Dias Verillo _____
284 RG: 6926725 4 CPF:042 454 089 44
285 Tatyana Denise Belo _____
286 RG: _____ CPF: _____
287 Maira Martins de Hollebem _____
288 RG: 62163852 CPF:032 981 869 45
289 Rosangela Caldeira Legat _____
290 RG: _____ CPF: _____
291 Marcos Vinícius Zuber _____
292 RG: 5.108.882-4 CPF: 713 408 239-34
293 Lucilia do Rocio Lopes Andrade _____
294 RG: 4 236 716-8 CPF: 741 811 819-87
295 Ines Chuy Lopes _____
296 RG: 4.265.058-7 CPF: 709.394.549-04
297 Antonio Elizeu Martins _____
298 RG: 44832577 CPF: 638 684 669-91
299 Paulo Saincler Heusi _____
300 RG: 5499097 CPF: 014.259.609-44
301 Cristiane Aparecida Maier _____
302 RG: 94431760 CPF: 006.194.239-19
303 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____
304 RG: 4.291.507-6 CPF: 801.358.209-44
305 Reni Aparecida Eidam _____
306 RG: 40369724 CPF: 558.462.629-53
307 Camila Vanessa Sviech _____
308 RG: 8.312.925-5 CPF: 077.457.139-00
309
310